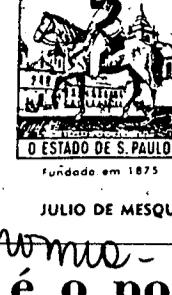


jornal da tarde

Publicado pelo S. E. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Alves, 55 Tel. 266-7099 (PABX)



JULIO MESQUITA

(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA

(1927 - 1969)

Diretor Responsável:

RUY MESQUITA

Diretores

Jose Vieira de Carvalho Mesquita
Julio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tárcio Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Obreiros S. Ferreira

Economia - Brasil

Arrocho fiscal é o ponto.

O salarial é pretexto.

Há diversas maneiras de os governantes de qualquer país procurarem conseguir seus objetivos administrativos e políticos, quando precisam fazer isso e não podem ou não desejam impontorialmente suas vontades — o que, no fundo, é, por natureza, a metodologia preferida de qualquer governante.

No Brasil, que está no meio do caminho, ou no primeiro terço do caminho, entre a arbitrariedade mais arrogante e a introdução de procedimentos governamentais democráticos, estes permanecem no limbo da indefinição e da falta de institucionalização, do que evidentemente ainda procuram aproveitar-se os saudosistas daqueles tempos em que nenhuma satisfação a ninguém era necessária e nenhum exercício de persuasão democrática era requerido, quando dívidas externas colossais puderam ser acumuladas impunemente, elefantes-brancos erigidos perdulariamente e déficits fiscais colecionados levianamente.

A melhor maneira que os saudosistas têm — nestes tempos que para eles devem parecer “bicudos” e extremamente incômodos — de continuar impondo suas pretensões sob a aparência de um debate democrático e de orientação política elevada é pelo artifício de promover tal confusão em torno de determinados assuntos que, primeiro, o que realmente desejam passe despercebido; segundo, seja afinal conseguido não como iniciativa deles, mas como solução de consenso.

É o que estamos vendo claramente em toda essa questão do Decreto nº 2.045, agora complicada e confundida com o chamado programa do PDS e com um suposto novo “pacotão” administrativo que os ministros da área econômica estariam dispostos a baixar.

Há muito tempo que o governo sabe que precisa conter-se nos limites do suporte financeiro que a economia brasileira é capaz de conferir-lhe. Expandir esses limites na verdade é expandir o espaço ocupado pelo governo dentro dessa economia; é restringir, portanto, o espaço já exíguo ocupado pela iniciativa privada; e, em nossa opinião, é aprofundar os fatores de crise e não aliviá-los.

Mas ninguém no governo está decisivamente empenhado em assegurar os destinos, os rumos de uma economia de mercado e, por consequência, de uma nação politicamente aberta. O empenho da maioria das pessoas no governo é preservar e expandir o próprio governo e os seus poderes pessoais — só isso.

O déficit público é constituído, basicamente, pelos subsídios e pelos déficits das empresas do governo. Os primeiros são instrumentos políticos que o governo utiliza para subordinar as classes produtoras aos seus desígnios, pois, quanto ao desenvolvimento, basta ver que as regiões mais avançadas do País se desenvolveram sem subsídios e sem incentivos. Os segundos garantem a capacidade governamental de fornecer empregos, comprar produtos e vender serviços — o que em última análise também é instrumental do poder político do governo sobre a sociedade. De modo que a eliminação ou a redução do déficit público pela contração das atividades e dos gastos governamentais significa, afinal, perda de poder político do governo sobre a sociedade.

Por isso o déficit público precisa ser reduzido, do ponto de vista do governo, preferencialmente pelo aumento da arrecadação fiscal, ou seja, em detrimento do setor privado (pessoas físicas e jurídicas), seja qual for a consequência disso a longo prazo, pois a curto prazo o governo se salva e preserva o seu poder — o que significa que as pessoas no governo podem continuar com sua arrogância e incúria.

Esse objetivo de aumentar a carga fiscal já estava consignado nas previsões orçamentárias, sob a indicação de transferências do orçamento fiscal para o orçamento monetário — o que quer dizer, na prática, tirar dinheiro do bolso do contribuinte para sustentar o déficit público, ou, em palavras mais claras, fazer o contribuinte pagar do seu bolso pela arrogância, mordomias e desrespeitos dos burocratas altos e baixos que todos os dias nos afrontam pela imprensa falada e escrita. Aliás, quando vieram a público as previsões orçamentárias para 1984 chamamos a atenção dos leitores sobre aquelas transferências, dizendo que elas equivaliam a um cheque em branco do público a pessoas cuja qualificação para administrar nossos dinheiros estava abaixo da crítica. E chamamos a atenção dos congressistas para a impetuosa necessidade de examinar aquilo a fundo.

Ora, o que aconteceu é que certamente nem mesmo aquele cheque consignado no orçamento (oficialmente 2,8 trilhões de cruzeiros, que podem chegar, em termos reais, a cinco trilhões de cruzeiros) estará sendo suficiente nas previsões burocráticas. É preciso mais dinheiro do contribuinte.

Como isso não pode ser dito, assim, de maneira nua e crua, criou-se toda essa encenação teatral em torno do 2.045 que, na prática, vai desembocar — ao que tudo indica — no que o governo pretendia desde o início: arrancar mais dinheiro de nós todos para continuar atrapalhando a nossa vida e pesando nos nossos ombros. O programa do PDS, ou o que seja, não nos enganou. Tem uma parte que é uma espécie de carta de intenções, entre as quais a de reduzir a estatização da economia, unificar orçamentos, abrir o processo decisório na área econômica, tudo muito bom para o futuro. Mas sua parte prática, substantiva, é exatamente aquilo que o governo quer: aumentar a carga fiscal e, portanto, preservar o seu tamanho e o seu poder dentro das normas do FMI, ou seja, de redução do déficit público.

As oposições, por sua vez, levadas pela cintilena da distribuição equitativa dos sacrifícios, tendem a admitir certo arrocho salarial desde que as empresas privadas e os “ricos” paguem mais impostos.

Tudo isso nada mais significa, em termos objetivos, senão que o governo e sua máquina continuarão sendo a parte menos sacrificada e menos afetada na crise. Este é o objetivo que explica por que não se fez um decreto específico sobre os salários apenas das estatais, arrochando-os isoladamente como parte de um programa de redução do déficit público. Isso explica a estranha

e arbitrária insistência em que as empresas privadas não possam pagar os salários que desejem ou negociá-los livremente com seus empregados. É que era necessário criar uma grande confusão política nacional, um impasse formidável, uma cortina de fumaça ampla e densa para impor o que realmente se desejava: aumento de impostos. Eis a verdade simples, que até seria aceitável caso a economia brasileira estivesse crescendo e suas empresas se fortalecendo. Mas é o governo que quer continuar crescendo e se fortalecendo apesar da crise.